

A Educação Feminina no Livro A Vindication Of The Rights Of Woman De Mary Wollstonecraft (1792)

Women's Education in Mary Wollstonecraft's Book "A Vindication Of The Right Of Woman (1792)"

Isabela Candeloro Campoi¹
Bruna Letícia da Silva Massuia²

Resumo

A principal obra em defesa dos direitos das mulheres no século XIX, considerada fundadora do feminismo moderno, *A Vindication of the rights of woman* de Mary Wollstonecraft foi publicada em 1792 em Londres. O artigo aqui apresentado discute as expectativas sobre a educação feminina naquele contexto, a receptividade da obra no século seguinte, além de apresentar aspectos biográficos de Wollstonecraft. A autora apresenta críticas ácidas ao modelo de ensino feminino em voga no século XVIII e rebate intelectuais que tratam do tema educação, tais como Jean Jacques Rousseau, Pierre Roussel e Edmund Burke. Também foram consideradas as profundas transformações que afetaram o mundo ocidental e o universo das ideias com foco na construção dos papéis de gênero.

Palavras-chave: Mulheres. Educação. Inglaterra.

Abstract

The main publication in defense of women's right on the XIX century, also considered the founder of modern feminism, *A Vindication of the rights of woman* by Mary Wollstonecraft was published in 1792 in London. This paper aims to discuss the expectations about female education on that context, the book's receptivity in the following century, and presents biographical aspects of Wollstonecraft. The author presents criticism of the feminine model of education in the eighteenth century and rejects intellectuals such as Jean Jacques Rousseau, Pierre Roussel and Edmund Burke. The paper also considers the profound transformations that affected the Western world and the ideas focused on the construction of gender roles.

Keywords: Women. Education. England.

¹¹Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF com Pós-Doutorado pela Freie Universität Berlin. Professora do Curso de Graduação em História e Programa de Mestrado em Formação Docente da Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Paranavaí. belacampoi@hotmail.br

²Graduada em História pela Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR, Paranavaí. Mestranda em História Indígena pela Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD. leticia_massuia@hotmail.com

1. O Legado de um Livro

É hora de efetuar uma revolução nos modos das mulheres – hora de devolver-lhes a dignidade perdida – e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar reformando a si mesmas para reformar o mundo. (Mary Wollstonecraft, *Reivindicação dos direitos da mulher*, 2016, p. 69).

Apesar de originalmente publicado em 1792 na Inglaterra, a tradução de *A vindication of the rights of woman* saiu no Brasil pela primeira vez apenas em 2009.³ O livro foi envolvido por um imbróglio historiográfico desvendado apenas em fins do século XX e, talvez por conta disso, a primeira tradução do original em inglês tenha sido retardada e explique as versões lançadas tão recentemente: 2009 pela Annablume, 2015 pela Edipro e em 2016 pela Boitempo.

Em 1832 a então incipiente escritora Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885) publicou o que se pensava ser uma tradução livre da mais famosa obra de Wollstonecraft: *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* sob o pseudônimo de Nísia Floresta Brasileira Augusta.⁴ O livro teve três edições no século XIX: Pernambuco (1832), Porto Alegre (1833) e Rio de Janeiro (1839), e presumia-se que a brasileira Nísia Floresta houvesse traduzido a versão francesa de *A vindication* para o português. A pesquisadora da obra de Nísia Floresta, Constância Lima Duarte, localizou um exemplar do livro, até então perdido, e uma nova edição foi publicada em 1989, 150 anos depois da última publicação (DUARTE, 1995).

Entretanto, *Diretos das mulheres* era a tradução de outro livro. A historiadora Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke (1996) apurou que na verdade, tratava-se de uma tradução do livro de Sophie, pseudônimo de Mary Wortley Montagu (1689-1762), que escreveu *Woman not inferior to man*, em 1739. Montagu, por sua vez, inspirou-se (chegando até a plagiar certos trechos) no livro *De l'égalité des deux sexes*, de François Poulan de La Barre, publicado em 1673. Polemizando a respeito, Pallares-Burke chama a atenção para a prática comum do plágio no contexto literário do século XVIII.

³ Fruto da dissertação de mestrado de Ivania Pocinho Motta defendida em 2004 em Antropologia Social na USP sob orientação de Modesto Florenzano. A autora também é formada em Letras, o que a gabaritou para fazer a tradução do livro em língua inglesa. O livro *A importância de ser Mary* tem um preâmbulo com aspectos biográficos de Mary Wollstonecraft.

⁴ O pseudônimo escolhido revela a personalidade e as opções existenciais da autora: Nísia é o diminutivo de seu nome, Dionísia; Floresta, o sítio onde ela nasceu no RN; Brasileira, uma afirmação de seu sentimento nacionalista, e Augusta, uma homenagem ao companheiro eleito e pai de sua filha, Manuel Augusto, que na ocasião da publicação era estudante da Faculdade de Direito de Olinda, Pernambuco.

Independentemente da verdadeira autoria do livro traduzido e publicado no Brasil, é certo que as publicações de Nísia Floresta contribuíram para que o nome de Mary Wollstonecraft fosse identificado com as ideias em defesa dos direitos das mulheres.

Um caso sintomático: a personagem principal do romance *A Moreninha*, Carolina havia lido *Mary de Wollstonecraft* (sic), e, em tom de zombaria, o personagem Augusto irritou a jovem quando lhe solicitou "comenda para quando fosse Ministra de Estado, e a patente de cirurgião do exército, no caso de chegar a ser general." (MACEDO, s.d., p.48). A referência à autora inglesa no livro de Joaquim Manuel de Macedo publicado em 1844 e considerado obra inaugural do romantismo brasileiro, evidencia que Wollstonecraft poderia ser entendido pelos leitores como um nome ligado à defesa dos direitos das mulheres.

De fato, o livro de Mary Wollstonecraft é considerado fundador do feminismo moderno, mesmo que o termo feminismo tenha sido cunhado e se popularizado apenas no final do século XIX, no período da chamada primeira onda feminista, quando em diferentes níveis e intensidades vários países no Ocidente foram palco de movimentos em defesa do sufrágio feminino. (LOURO, 2014, p.19) As chamadas *suffragettes* deram o tom radical ao movimento feminista na Europa da virada dos séculos XIX - XX.

Porém, quando se trata dos séculos XVIII e meados do XIX, os que lutavam pela igualdade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, eram defensores dos direitos das mulheres e por isso são considerados precursores do feminismo. Em países como Inglaterra e França, onde havia demasiada agitação social e política, eram constantes as discussões em relação ao papel das mulheres na política e na sociedade.

O livro *A Vindication* e sua autora foram ridicularizados após 1797, ano da morte de Wollstonecraft. Godwin, seu viúvo e o amigo Johnson lançaram os tributos de Wollstonecraft, publicando alguns de seus textos. Segundo Ivania Pocinho Motta, o trabalho foi realizado na tentativa de Godwin suprir a falta da esposa. Não esperavam a reação dos leitores, alguns tiveram repúdio e outros a glorificaram. Em livro de 1798 intitulado *Memoirs of the Author of a 'Vindication of the Rights of Woman'*, Godwin revelou aspectos da vida privada da autora que escandalizaram seus contemporâneos, sendo criticado pela obra publicada, quando muitos de seus amigos tornaram-se opositores em relação às ideias presentes nas publicações.

Ações imorais foram relacionadas à Mary e sua obra. Tamanho foi o agravo das discussões que o suicídio de sua filha Fanny Imlay, aos 22 anos, e o fato de sua segunda filha, Mary Godwin ter fugido com Shelley, que ainda era casado, foram considerados atos influenciados pelas ideias de Wollstonecraft.

De fato, a trajetória e o destino de Mary, conforme afirma Edward Thompson, forneceu “ornamento perfeito” para o moralista antijacobino, citado pelo autor: “Uma mulher, que quebrou todas as barreiras religiosas, estará, comumente, pronta para qualquer espécie de licenciosidade.” (THOMPSON, 2002, p.99). O autor cita um trabalho intitulado *Woman - the lost sex* que se valeu do caso de Mary como ilustrativo, ao tratar das mulheres que se deram mal ao se rebelarem contra seus papéis sociais. Segundo o texto ela foi “atormentada por um caso severo de inveja do pênis... Os fatos da vida de Mary Wollstonecraft mostram que a sombra do falo estava ali, furtiva, ameaçadora, pairando sobre qualquer ação que fizesse”. Entretanto, para o historiador inglês:

Não ocorre a esses moralistas que Mary Wollstonecraft foi uma baixa no combate, e na minha opinião uma baixa heróica, de transição, e que todas as grandes transições, nas relações sociais ou pessoais, precisam ter suas listas de baixas em combate. Um apetite grande demais pela perfectibilidade humana pode ser loucura (...). (THOMPSON, 2002, p.99)

Se no período seguinte à morte de Mary Wollstonecraft sua figura foi submersa pelo conservadorismo característico do século XIX vitoriano, no final do mesmo período sua trajetória foi exemplo para as feministas e o livro *A Vindication* tornou-se ícone do feminismo moderno.

A Autora e Seu Tempo

Mary Wollstonecraft viveu no conturbado século XVIII, período de fortes transformações sociais e discussões políticas. A Inglaterra, sua terra natal, foi precursora da Revolução Industrial e palco de intenso debate sobre o caráter e a natureza das instituições políticas.

Ela nasceu em 27 de abril de 1759, a segunda criança de uma família de sete filhos, neta de um tecelão que conferiu à família pertencer à classe média. Após a morte do avô, o pai de Mary procurou dedicar-se à agricultura, não assumindo os negócios paternos no comércio e na indústria. A mudança não foi bem sucedida, de

modo que a família Wollstonecraft mudou constantemente de endereço, o que se tornou incerta a cidade natal da autora. A desastrosa trajetória paterna levou a família aos extratos mais baixos da classe média.⁵

A vida no campo permitiu que Mary pudesse brincar livremente quando criança diferentemente das meninas da classe média urbana que já eram educadas para serem mães e donas de casa. Teve uma educação deficitária, recebendo pouca instrução formal como a maioria das meninas de sua época; tornou-se autodidata e recebeu auxílio de mentores que auxiliaram sua trajetória intelectual.

É consenso entre os biógrafos de Wollstonecraft o caráter autobiográfico em seus escritos, cuja infância é descrita como sofrida, o matrimônio de seus pais como infeliz e sem afeto, por conta de um pai tirano e alcoólatra. “De criança pouco considerada, ela foi se tornando pouco a pouco naquela que toma as rédeas da casa, frequentemente se interpondo contra a violência paterna em relação à mãe.” (MOTTA, 2009, p.25)

Vale lembrar que naquele período as mulheres eram subordinadas por lei aos seus maridos, e as meninas subordinadas aos seus pais. Deste modo, após o casamento as mulheres perdiam seus direitos legais, passando ao marido a responsabilidade e proteção sobre suas vidas. Isso justificava inclusive as agressões sofridas pelas esposas, cujos maridos não eram punidos pela violência.

Os poucos recursos dos Wollstonecraft não possibilitavam a garantia de bons casamentos às jovens mulheres da família. Na análise das cartas trocadas com amigas, conforme aponta Pocinho Motta, as biógrafas da autora afirmam que: “Aos 15 anos de idade, Mary já se considerava uma solteirona e insistia na ideia de que nunca se casaria (...) Também nessa época, já era uma severa crítica de seus pais e de suas atitudes na sociedade, bem como de suas inadequações.” (MOTTA, 2009, p.26)

Aos 19 anos saiu de casa para trabalhar como dama de companhia de uma viúva londrina com a qual permaneceu por dois anos, quando retornou à casa paterna devido à doença da mãe. Após a morte desta (1782) foi viver com a família da amiga Fanny Blood e ajudou a sustentar a casa com trabalhos de costura. Posteriormente, as amigas se juntaram às irmãs de Mary, Eliza e Everina, e abriram uma escola em Islington, fechada por falta de alunos. Em outra tentativa, desta vez

⁵ As informações biográficas de Mary Wollstonecraft que se seguem foram retiradas do texto introdutório do livro de Ivania Pocinho Motta *A importância de ser Mary* (2009).

em Newington Green foram bem sucedidas por algum período. E foi neste contexto que se inicia realmente sua educação política e intelectual, pois em Newington Green manteve contato com os dissidentes religiosos, desvinculados da Igreja Anglicana, principalmente na figura do famoso pregador da chamada Igreja Unitariana, Richard Price.

O contato com os dissidentes influenciou no despertar intelectual de Mary Wollstonecraft, sendo decisivo também nos novos rumos das suas discussões, tanto no campo social quanto individual. Em 1785 Fanny se casou e mudou-se para Lisboa, para onde Mary seguiu após ser informada sobre a débil saúde da amiga, que morreu no final do mesmo ano. De volta à Londres, fechou a escola e foi trabalhar como governanta e preceptora de uma família aristocrata da Irlanda, experiência mal sucedida de onde saiu “convencida de que as damas da aristocracia eram irremediavelmente frívolas e arrogantes.” (MOTTA, 2009, p.32)

Antes de se mudar para a Irlanda, Mary escreveu um guia de educação para meninas intitulado *Thoughts on the education of Daughter: With Reflections on Female Conduct, in the More Important Duties of Life* já revelando sua insatisfação e questionamentos sobre a educação feminina, sob influência dos unitarianos. Da mesma forma escreveu o romance *Mary, A Fiction* publicados respectivamente em 1787 e 1788.

De volta à Londres no verão de 1787, procurou o editor Joseph Johnson para quem um antigo conhecido de Newington Green havia enviado seus escritos; ele ofereceu todo suporte possível para que Mary se tornasse uma escritora profissional: deu-lhe trabalho na revista que editava e ajudou-a a alugar uma casa (TAYLOR, 2003, p.40). Essa relação proporcionou sua entrada definitiva no mundo das letras. Naqueles anos profícuos ela pode ajudar financeiramente os irmãos e o pai:

(...) escrevendo seus próprios livros, fazendo resenhas, críticas e traduções. Chega a publicar, em três anos, quase trezentos trabalhos que incluem romances, obras de teatro, ensaios sobre educação, tratados políticos ou religiosos, livros de viagem, trabalhos sobre história natural e medicina. Essa atividade lhe dá chance de desenvolver sua autoconfiança nas suas observações sociais, políticas e estéticas. (MOTTA, 2009, p.36)

Neste ambiente de trabalho Wollstonecraft tomou contato com as idéias fervilhantes do momento em que vivia através dos folders e panfletos que chegavam em suas mãos. Naquele contexto, do outro lado do canal da Mancha, a França revolucionária intrigava e seduzia. Os frequentadores da casa editorial de Johnson

foram considerados radicais, e seriam identificados como jacobinos, tanto que Johnson chegou a ser preso.

Em *Os Românticos: a Inglaterra na era revolucionária*, Edward Thompson procura traçar os efeitos da Revolução no pensamento, trajetórias e obras de intelectuais contemporâneos empolgados com as origens e o estopim da Revolução, mas impactados com a matança provocada pelo Terror através do Comitê de Salvação Pública (1791-1793) bem como pelas guerras napoleônicas posteriores. O autor discute, principalmente, os conflitos nas obras e no pensamento dos poetas Samuel Taylor Coleridge e William Wordsworth e dos reformistas políticos John Thelhall e William Godwin, este último, foi marido da autora de *A Vindication*.

Os chamados julgamentos por traição de 1794 seguidos pelo *Two Acts*, legislação aprovada pelo parlamento inglês em 1795, foram ferramentas potentes de repressão durante o delicado momento político. Foram proibidas organizações populares, assembleias políticas, encontros ou manifestações públicas consideradas perturbadoras, o que afetou inevitavelmente os que mantinham vínculos com o pensamento radical jacobino:

Os Two Acts foram muito eficientes. O número de sócios das sociedades de correspondência, que crescia rapidamente ao fim de 1795, caiu ainda mais depressa. Os clubes estavam infestados de espíões, os missionários da Sociedade de Correspondência de Londres foram presos. (THOMPSON, 2002, p. 63-64)

Assim, a Revolução Francesa instalou grande pânico entre as classes proprietárias e o 'jacobinismo' provocou as instituições políticas de forma avassaladora, de modo a causar efeitos diversos no tecido social.

Como parte do círculo intelectual jacobino inglês, no auge de sua carreira como escritora, Mary decidiu acompanhar *in loco* os acontecimentos e foi para Paris em dezembro de 1792, quando se iniciava o julgamento de Luiz XVI, deparando-se com uma França bastante agitada, onde ingressou em um círculo de radicais interessados na Revolução. Também conheceu grandes figuras intelectuais da época.

Neste período iniciou-se a guerra entre França e Inglaterra que fez o governo francês tomar medidas contra os ingleses de forma que estes voltassem a seu país. Os que ficaram na França foram presos. Mary pode ficar, pois foi registrada na embaixada dos EUA como esposa do empresário norte americano Gilbert Imlay, de quem se tornara amante. Mary presenciou o terror da Revolução Francesa de perto.

Viu diversas vezes o chão das ruas da França coberto pelo sangue que vinha da guilhotina. Mary horrorizou-se com as atitudes violentas de Robespierre, porém procurou não externar sua indignação por conta do período violento pelo qual a França passava.

Mary produzia nesta época um capítulo de reflexão sobre a Revolução Francesa intitulado *An Historical and Moral View of the Origin and Progress of the French Revolution and the Effect it has Produced in Europe*, que fora publicado em 1794. Foi instruída pelos amigos a suspender a escrita de seu livro por conta do perigo que corria vivendo na Paris revolucionária. Porém, Wollstonecraft indignada com o que presenciara, não recuou na produção de sua obra.

A autora inglesa vivia um casamento conturbado com Imlay, cujo fruto foi a filha Fanny Imlay, nascida em maio de 1794; entre idas e vindas, o enlace durou cerca de três anos. No início de 1795 ela já estava de volta à Londres, onde, em virtude da tumultuada vida amorosa, tentou suicídio por duas vezes, a primeira ingerindo forte dose de laudanum (ópio) e a segunda se jogando no rio Tâmisa em uma noite chuvosa.

Em abril de 1796 Mary reencontrou William Godwin, antigo freqüentador do círculo de Johnson, com que iniciou um romance. Essa reaproximação aconteceu também no nível intelectual, pois Godwin estava no auge da sua fama como reconhecido filósofo. A decisão de se casarem só aconteceu em virtude da gravidez dela. A filha recebeu o nome da mãe e nasceu em agosto de 1797. Em virtude de problemas causados no parto, Mary Wollstonecraft faleceu dias depois do nascimento da segunda filha, que seguiu os passos dos pais, já que mais tarde escreveu o famoso livro *Frankenstein* (1818).

O interesse pela Revolução Francesa levou Mary Wollstonecraft à Paris. Dada a importância deste movimento, o ano de 1789 tornou-se marco inaugural da chamada Idade Contemporânea e denotou a abertura para uma série de discussões trazidas pelo Iluminismo, que projetava, no nível das ideias, uma sociedade diferente, baseada nos princípios basilares: liberdade, igualdade e fraternidade.

Naquele contexto, o debate sobre o papel social das mulheres foi intenso, tanto que antes de partir para a França, a segunda edição de *A Vindication* foi dedicada a um político francês que desconsiderava a educação pública das meninas. Sobre este aspecto, vale ressaltar que a compreensão dos papéis de gênero sob a ótica iluminista influenciou posteriormente os discursos

revolucionários, os quais irão justificar a “exclusão das mulheres da coisa pública”. (MORIN, 2013, p. 26)

Neste ponto, é preciso considerar que a Revolução Francesa significou uma espécie de ‘fissura’ no tecido social no que tange ao debate sobre a participação feminina na sociedade que se formava com a queda do Antigo Regime. Afinal, sua atuação no contexto revolucionário não pode ser negligenciada.

As mulheres das classes sociais inferiores participaram de protestos em várias cidades europeias desde o início do século XVIII (RUDÉ, 1991). As mulheres da alta sociedade lideraram famosos salões da elite francesa, nos quais freqüentavam figuras emblemáticas da Ilustração (BADINTER, 2003).

Na França pré-revolucionária estiveram presentes quando os Estados Gerais foram convocados em 1788, buscando mobilizar a população para escolher bons representantes nas eleições. Exerciam grande pressão dentro das reuniões mesmo sem representantes femininas eleitas.

No contexto revolucionário destaca-se a sociedade das Republicanas Revolucionárias que deu início ao debate sobre a emancipação política feminina. Mulheres foram protagonistas em lutas como a que ocorreu em Versalhes no ano de 1789, marchando ao lado dos homens, protestando contra a crise vivida em Paris (MORIN, 2013, p.24). Em 1790 Brigent Baudouin enviou uma carta à Assembleia Nacional reivindicando a cidadania política para as mulheres. Olympe de Gouges com sua *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, texto divulgado em 1791, foi guilhotinada durante o Terror (1793). O texto era uma resposta à *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* de 1789, documento icônico da revolução burguesa, mas que não contemplava direitos políticos às mulheres. O texto de Gouges sugeria não unicamente os direitos que deveriam ser concedidos às mulheres, mas “um catálogo dos direitos de todos os seres humanos, incluindo os homens”. (BONACCI; GROUPI, 1995, p.53).

Desta forma, para Olympe de Gouges, as mulheres poderiam elas mesmas representar seus interesses frente ao seu protagonismo na Revolução. Porém, em se tratando de uma sociedade tradicional e patriarcal, esses direitos reivindicados (elas mesmas representarem suas decisões, resistência à opressão masculina, direito à razão, lei de expressão da vontade geral, liberdade de opinião, etc.) não chegaram a fazer parte da legislação francesa da época em questão.

Mesmo que protagonizando nas lutas e em frentes diversas, além de não poderem votar, as mulheres não tinham direito ao porte de armas e nem de pertencer à Guarda Nacional. Muitas mulheres abraçaram a Revolução, outras tantas se armaram em sua defesa. A questão dos direitos cívicos femininos fora colocado em pauta nas discussões do Comitê de Salvação Pública, e recusados diante da longa tradição de mando masculino na política francesa.

O pretexto para a recusa foi uma briga entre as Revolucionárias Republicanas e as peixeiras do mercado, que em 1793 culminou no fechamento de clubes políticos femininos pelo Comitê de Salvação Pública sob alegação de que tais mulheres eram facilmente influenciadas, que não possuíam serenidade emocional para a prática política, além de não terem capacidade para discussões mais sérias, como a de governar moralmente a República. Embora houvesse avanços nas questões como a lei do divórcio que foi aprovada por uma reivindicação não apenas feminina e o fim dos privilégios masculinos através da primogenitura das heranças, elas não conseguiram igualdade e liberdade quando se tratava de política.

Tamanha era a pressão feminina que em 1793 mulheres foram proibidas de participar dos debates e discussões políticas. Mesmo com a proibição, continuaram a agir em salões, bares, cafés, criando organizações para discutir sobre a política vigente. Estavam descontentes com as decisões dos revolucionários. Também sofreram repressões, muitas vezes violentas. Para a sociedade de fins do século XVIII, era impossível pensar relações de total igualdade entre homens e mulheres.

Desta forma, as mulheres tiveram participação ativa na Revolução, mas não conquistaram a sonhada cidadania política que almejavam. Podemos encontrar na própria tradição iluminista os preceitos que entendiam as mulheres como incapazes intelectualmente. Conforme mostra Itamar de Souza no artigo *A mulher e a Revolução Francesa: participação e frustração* (2003), obras iluministas como *Emílio ou da Educação* de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e *Sistema Físico e Moral da Mulher* de Pierre Roussel (1723-1782) é predominante a ideia de que as diferenças fisiológicas entre homem e mulher interferiam em suas capacidades intelectuais e quão complementares eram os dois sexos. Complementares no sentido da superioridade dos homens em relação às mulheres, pois eles seriam dominantes da razão e elas inferiores, por conta do útero, principalmente. Dada sua sensibilidade inata, as mulheres teriam dificuldades em desenvolver sua inteligência plenamente, segundo os pressupostos desses iluministas. Essas ideias são

predominantes nos discursos de Rousseau, principal alvo das críticas de Mary Wollstonecraft em *A Vindication*.

2. Os Preceitos Educacionais em *A Vindication*

Foi no conturbado contexto da Revolução Francesa que a inglesa Mary Wollstonecraft escreveu o livro *A Vindication of the rights of woman*. Sob o entusiasmo do movimento na França e certa dose de decepção, dedicou a segunda edição do livro ao político francês Charles Maurice de Talleyrand-Périgord, bispo de Autun, figura revolucionária ativa que desapontou a autora no que tange às ideias sobre a instrução feminina. Ele foi enviado pelo governo à Grã-Bretanha em 1792, quando conheceu Mary Wollstonecraft. O diplomata francês, em seu relatório sobre a instrução pública apresentado à Assembleia Constituinte da França, justificou a importância do ensino público de qualidade para os homens, porém escreveu que o ensino das mulheres deveria ficar sob responsabilidade da família.

Mary Wollstonecraft dirige suas críticas ao legislador francês: “Quem fez do homem o juiz exclusivo, se a mulher compartilha com ele o dom da razão?” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 19)

Já na introdução ela escreveu sarcasticamente: “Espero que meu próprio sexo me desculpe caso eu trate as mulheres como criaturas racionais, em vez de adular suas graças fascinantes e considerá-las como se estivessem em um estado de perpétua infância, incapazes de ficar sozinhas.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 27). Suas críticas recaem sobre um modelo de instrução incentivador de futilidades, que segundo ela, era destinado às mulheres abastadas, às *damas*, e dedica “atenção particular às mulheres da classe média, porque elas perecem encontrar-se no estado mais natural.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 27).

Os escritos de Mary revelam o seu descontentamento com a subjugação das mulheres, busca denunciar a opressão que sofriam e ainda reclamava os princípios de igualdade; procurava denunciar a corrupção, o paternalismo da nobreza, a superioridade dos bem nascidos, e principalmente a submissão das mulheres em relação aos homens. A autora inglesa apontava para a necessidade de se reformular os papéis sociais de homens e mulheres, buscando a igualdade e a abolição das convenções.

Ela compara a situação das mulheres inglesas com a dos escravos, ou seja, seres a mercê de ordenações alheias, parte oprimida da espécie humana, seres sem leis que os amparassem, suscetíveis à soberania do homem.

De fato, a autora procurou em seu texto refutar os costumes estabelecidos em relação ao papel das mulheres, que ascendiam ao mundo apenas através do matrimônio e também por isso, recebiam uma educação de habilidades superficiais, sem o cultivo de seu intelecto. Tal nível de instrução, segundo a autora, era incapaz de formar seres compatíveis, inclusive, com o papel que se esperava das mulheres de então: “Como se pode esperar que governem uma família com juízo e cuidem das pobres crianças que trazem ao mundo?” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 29).

Segundo Mary Wollstonecraft, a visão de que as mulheres deveriam ser apenas seres graciosos e atraentes, cegas criaturas dóceis e obedientes aos prazeres dos homens, precisava ser refutada. É como se os homens procurassem manter o sexo feminino infantilizado assegurando a boa conduta das mulheres, deixando-as mais inocentes. Para a autora inglesa, o conceito de inocência deveria sim ser empregado, mas para as crianças. No caso dos adultos, a inocência parecia justificar a condição de fraqueza. Wollstonecraft explica que a educação perfeita seria aquela que possibilitaria aos indivíduos de ambos sexos adquirirem hábitos virtuosos que os tornariam independentes. Porém, seriam legítimas apenas as virtudes vindas da razão.

Percebemos que seu objetivo no livro era levar as mulheres ao questionamento das suas condições de então, de criar forças para que se expressassem como seres racionais. Para Wollstonecraft os homens utilizavam, muitas vezes, da razão para justificar seus preconceitos. Critica o discurso de que a sociedade só é sábia na medida em que é formada por constituições administradas pelo homem.

Tal sistema de educação, segundo a autora inglesa, tornava as mulheres ignorantes, justificando os argumentos que buscavam provar as diferenças de virtude racional entre os dois sexos que “francamente, não se admite que as mulheres tenham suficiente força mental para obter aquilo que realmente merece o nome de virtude.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.39). Além disso, ainda as faziam fracas e infelizes, originando conclusões precipitadas em relação ao real papel da mulher na sociedade dos séculos XVIII e XIX principalmente. É este sistema de educação que Wollstonecraft chama de falso, que atribui às mulheres conceitos

como fêmeas e não seres humanos. Dessa forma a autora justifica aos homens o porquê das mulheres serem insensatas e cheias de capricho, concluindo ser esse comportamento efeito da ignorância em que as mulheres se encontravam.

Ela acreditava que todos os escritores que então tratavam do tema da educação e das maneiras femininas, inclusive Rousseau e Dr. Gregory (escritor inglês que publicou em 1761 um dos livros mais populares sobre a conduta das mulheres) corroboravam para “tornar as mulheres mais artificiais e de caráter mais fraco do que elas realmente são; e, conseqüentemente, membros mais inúteis da sociedade.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 42). Com a falta de estímulos, a sagacidade natural da juventude voltava-se apenas para as boas maneiras e demais frivolidades, desperdício da razão e da virtude, também expressas nas mulheres.

A personagem Sofia do *Emílio* de Rousseau é citada como cativante, embora “inatural.” Sua orientação educacional era dirigida de modo a se tornar a companheira ideal de Emílio, o protagonista da obra, que teria em Sofia a figura feminina ideal:

[...] ela deveria ser governada pelo temor de exercitar sua astúcia natural e feita uma escrava coquete, a fim de tornar-se um objeto de desejo mais sedutor, uma companhia mais doce para o homem, quando este quiser relaxar. Ele [Rousseau] leva ainda mais longe o argumento que alega extrair dos indícios da natureza e insinua que verdade e força moral, pedras angulares de toda virtude humana, deveriam ser cultivadas com certas restrições, porque, no que diz respeito ao caráter feminino, a obediência é a grande lição a ser inculcada com extremo rigor. Que bobagem! Quando surgirá um grande homem com força mental suficiente para dissipar a névoa que o orgulho e a sensualidade têm espalhado sobre o assunto? (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.46-47, grifos da autora)

Segundo a autora, o sistema de educação definido por seus pares, incluindo principalmente Rousseau, tornava as mulheres fracas e infelizes, originando conclusões precipitadas em relação ao real papel das mulheres na sociedade de fins do século XVIII. Wollstonecraft considerava tal sistema de educação falso, que propunha tornar as mulheres meramente damas sedutoras, quando na realidade deveriam preocupar-se em ambicionar respeito pelas suas capacidades racionais e suas virtudes, buscando postos mais nobres. Para Elisabeth Badinter:

Verdadeira pedagogia da submissão feminina, o tratado de Rousseau, que tem por título o nome de um homem, não constitui somente uma paralisação no longo processo de emancipação das mulheres: ele simboliza um autêntico retrocesso. (BADINTER, 2003, p.371)

Assim, Wollstonecraft sugere que a mãe que desejasse “dar verdadeira dignidade de caráter à filha” deveria “seguir um plano diametralmente oposto ao que Rousseau recomendou com todo o encanto enganoso de eloquência e dos sofismas filosóficos (...)” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 64). Conforme afirma a historiadora francesa Elisabeth Badinter:

Malgrado as nuances interessantes e os postulados filosóficos, às vezes muito diferentes de um autor para outro, todos os pedagogos do Século das Luzes participaram intensamente do “enclausuramento” das mulheres. Rousseau foi o mais radical e o mais ouvido. (BADINTER, 2003, p.370)

Também fruto do Iluminismo, as ideias de Wollstonecraft combatiam o despotismo monárquico e também masculino: “O *direito divino* dos maridos, tal qual o direito divino dos reis, pode, como é de se esperar nesta época iluminista, ser questionado sem perigo (...)” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 65, grifos da autora). Então ela se rebela contra a vida sedentária que condenava as jovens a comprimir seus membros com “faixas chinesas,” enquanto os meninos se divertiam ao ar livre; contra a ideia da inclinação nata das mulheres para “bonecas, trajas e conversa” e em tom de sarcasmo, escreveu:

É, de fato, bastante natural que uma menina, condenada a permanecer sentada durante horas, ouvindo a tagarelice ociosa de amas débeis ou assistindo à toailete de sua mãe, tratará de se juntar à conversação; e, sem dúvida, o fato de que ela imitará a mãe ou as tias e se entreterá enfeitando a boneca sem vida – como fazem com ela, pobre garota inocente! – é uma consequência natural. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 65)

A respeito da maior força física masculina, ela concorda, mas não porque isso seja natural, e sim, porque os meninos eram estimulados a se exercitarem na infância e na juventude, enquanto o mesmo não ocorria com as mulheres. Só se houvesse igualdade neste quesito é que “poderemos saber até onde vai a natural superioridade do homem.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.115) Aliás, a esse respeito ela é taxativa ao afirmar:

Os homens têm uma força física superior, mas, não fossem as noções equivocadas de beleza, as mulheres adquiririam suficiência para poder ganhar seu próprio sustento, que é a verdadeira definição da independência, e suportar essas inconveniências e tarefas corporais, que são requisitos para fortalecer a mente. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.115)

Ela se vale das considerações de Rousseau que estabelecia o campo da razão como sendo genuinamente masculino e, citando um longo trecho de *Emílio*, rebate:

“Parece que a autoridade absoluta, incontroversa, deve subsistir em algum lugar: porém, não é esta uma direta e exclusiva apropriação da razão? Os *direitos* da humanidade têm sido, assim, confinados à linhagem masculina, começando por Adão.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.117, grifo da autora)

Os argumentos de Wollstonecraft são estabelecidos no sentido de desconstruir os de Rousseau, cuja “aristocracia masculina” sugere não condenar os que mantêm a mulher em “um estado de profunda ignorância”, com o intuito de “preservar sua castidade e justificar a escolha masculina aos olhos do mundo” dando a ela “um conhecimento mínimo sobre os homens e os costumes produzidos pelas paixões humanas.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.118).

Para tanto, ele chega a sugerir a forma de vestir-se de uma jovem recentemente casada: modesta, mas coquete, de modo à estimular a imaginação. O tom de indignação perpassa o rol das argumentações de Wollstonecraft contra as ideias de Rousseau. Ela questiona, inclusive, se os métodos rousseauianos teriam bons resultados, já que o objetivo era preparar as mulheres para se tornarem esposas castas e mães sensíveis. “(...) como pôde Rousseau esperar que elas fossem virtuosas e constantes, quando não é permitido que a razão seja o fundamento de sua virtude nem a verdade o objeto de suas indagações?” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.121)

Desta feita, Mary Wollstonecraft considerava que enquanto as mulheres fossem educadas apenas para adquirirem bons casamentos e dotes pessoais, seriam seus maridos homens infiéis procurando prazer nas variedades e elas, por sua vez, esposas infiéis procurando vingar-se e fazer elas mesmas a justiça, pois a sociedade de então as limitava em conhecer os direitos civis para o bem público.

No quinto capítulo a escritora inglesa cita longos trechos de *Emílio* com o intuito de rebater as noções do autor sobre o sistema de educação dos jovens. Da mesma forma o faz com a publicações de dr. Fordyce e dr. Gregory.

Suas experiências como preceptora e dona de escola certamente deram-lhe subsídios para escrever que “(...) as meninas devem ser ensinadas a se lavar e se vestir sozinhas, sem nenhuma distinção de classe social (...). (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.166). Tais observações, aparentemente óbvias, refletem as maneiras das classes privilegiadas cujos serviçais participavam do asseio diário das jovens. Sobre os excessos de adorno na indumentária, Wollstonecraft afirma:

[...] se homens e mulheres dedicassem a se vestir de maneira alinhada cotidianamente metade da atenção que dedicam para se adornar, ou

melhor, para desfigurar suas pessoas, muito seria feito no sentido de se obter a pureza da mente. Mas as mulheres vestem apenas para agradar os homens galanteadores, pois o amante sempre se satisfaz mais com um traje simples que se ajusta bem à silhueta. Há uma impertinência nos ornamentos que repele o afeto (...) (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.168)

As críticas mais afincas recaem nas condutas praticadas pelas classes abastadas, conseqüentemente, ao modelo educacional característico da aristocracia e almejado pelas classes em ascensão. Badinter observa que: “Os séculos precedentes visavam fazer das jovens futuras mulheres agradáveis, à vontade em seu meio social. O final do século XVIII quer formar, ao contrário, mulheres úteis em seu lar.” (BADINTER, 2003, p.370)

E foi justamente esse modelo de educação feminina em voga nos tempos de Mary e modelo seguido no século XIX, que a autora de *A vindication* se opôs. Porém, para além do quesito educação, ela avalia: “Em resumo, seja qual for a luz sob a qual considero o assunto, a razão e a experiência me convencem de que o único método de levar as mulheres a cumprir seus deveres pertinentes é liberá-la de toda restrição, permitindo-lhes participar dos direitos inerentes à humanidade.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.227)

Em sua luta pela igualdade intelectual entre os sexos e contra uma sociedade fechada às mulheres, Mary Wollstonecraft foi uma “intelectual libertária, uma ativista das causas dos oprimidos, cuja militância antiescravagista é hoje reconhecida oficialmente com sua introdução formal no panteão dos abolicionistas ingleses.”⁶

Considerações Finais

Com o advento da *Nova História* e conseqüentemente da história vista de baixo, tem-se, por parte dos estudiosos, a preocupação em se escrever história levando em consideração sujeitos que antes ficavam à ‘margem da história’ ou os *Excluídos da História*, título do livro de Michelle Perrot (1988), historiadora francesa vanguardista nos estudos sobre mulheres na academia, cujas abordagens privilegiaram mulheres, operários e prisioneiros. Somado a isso, as ativistas feministas de meados dos anos 1960 “reivindicaram uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação.” (SCOTT, 1992, p. 64).

⁶ Prefácio de Maria Lygia Quartim de Moraes na última publicação brasileira de *Reivindicação dos direitos da mulher* (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.7)

Assim, a partir dos anos 1970 os estudos que enfocam a história das mulheres e as relações de gênero se tornaram mais comuns no meio acadêmico. No entanto, tais estudos firmaram o antagonismo homens *versus* mulheres que em consonância com o movimento de mulheres, favoreceu a mobilização política. Porém, no final da década de 1970 tensões se instauraram tanto nos estudos de mulheres como no movimento político. Conforme analisa a historiadora Rachel Soihet:

Essas tensões teriam se combinado para questionar a viabilidade da categoria das “mulheres” e para introduzir a “diferença” como um problema a ser analisado. A fragmentação de uma ideia universal de “mulheres” por classe, raça, etnia e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a uma outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades. (SOIHET, 1997, p.277)

Neste ponto, são inegáveis as contribuições de Joan Scott, uma das principais teóricas nos estudos das relações de gênero. Na sua concepção, a definição de gênero constitui-se na conexão integral entre duas proposições: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” (SCOTT, 1996, p.11) Com isso, Scott estabelece as primeiras noções que devem ser consideradas nos estudos de gênero.

Assim, a autora pontua elementos que merecem, em mútua relação, serem observados num estudo nessa área, entre os quais, os símbolos culturalmente disponíveis com múltiplas representações; a existência de conceitos normativos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas que afirmam o sentido de homem e mulher, masculino e feminino, numa oposição binária. Do mesmo modo e não menos importante, é a analogia entre gênero, classe e raça/etnia, embora a autora chame a atenção para certa falta de paridade entre esses elementos.

As sugestões de Joan Scott no que tange a utilização do gênero como categoria de análise são elementares:

Os (as) historiadores (as) devem, preferivelmente, examinar as maneiras como as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, organizações sociais e representações culturais historicamente situadas. (SCOTT, 1996, p.12)

Dentro desta perspectiva, a instrução escolar que paulatinamente se democratizava no século XIX, foi estabelecendo papéis sociais para homens e mulheres, instituindo identidades de gênero disseminadas a partir das instituições de ensino. Desta forma, pretendeu-se por meio da leitura e análise do livro de Mary Wollstonecraft, identificar suas concepções sobre a educação de meninas, bem como as críticas ao modelo educacional estabelecido em fins do século XVIII.

Apesar dos estudos ligados à história das mulheres e das relações de gênero ter recebido nas últimas décadas importantes contribuições, o fato de tais temas terem despertado interesse acadêmico tardiamente, nossa proposta de pesquisa foi fortalecer esse campo, haja visto que pretendeu aprofundar a temática da educação feminina, verificando as perspectivas sobre a educação feminina a partir do conteúdo do livro de Wollstonecraft.

O período entre o final do século XVIII e o início do século XIX, foi de debates intensos sobre os modelos educacionais, e tal problemática incentiva esta investigação ligada às questões de gênero e ao âmbito da educação.

Por fim, Mary Wollstonecraft buscou justificar a importância de se igualar a educação entre meninos e meninas. Isso faria as mulheres mais atentas também para aos afazeres domésticos, pois os seres que permaneciam na ignorância tornavam-se seres ignorantes também no cumprimento das leis civis e políticas. “Uma mente ativa abrange todo o conjunto de seus deveres e encontra tempo suficiente para tudo”. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p.219). Não era competir com as virtudes masculinas, mas deixar de ensinar às mulheres somente a superficialidade de ser graciosa e bela. No círculo doméstico elas se sentiam insignificantes e conseqüentemente não conseguiam entreter ou interessar seus esposos.

Para Wollstonecraft, o único modo de levar às mulheres a cumprirem seus deveres, seria permitir que elas participassem dos direitos e discussões ligados às questões da humanidade, livrando-as de restrições para que, dessa forma, elas contribuíssem racionalmente com a sociedade. Com as mudanças de foco na instrução, as mulheres se tornariam sábias e virtuosas.

Vinculada às incipientes ideias utilitaristas, Wollstonecraft acreditava que homens e mulheres foram feitos para contribuírem uns com os outros. Segundo nossa autora, a ignorância tornava as mulheres insensatas e preconceituosas também por conta do modelo de instrução escolar que recebiam em fins do século XVIII. Por isso, denunciava os problemas do modelo de ensino feminino de então,

propondo mudanças que contribuíssem para uma maior igualdade entre homens e mulheres por meio da educação.

Referências

BADINTER, Elisabeth. **Émilie, Émilie: a ambição feminina no século XVIII**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BONACCHI, Gabriela; GROPPI, Angela (org.) **O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres**. São Paulo: Edunesp, 1995.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta: vida e obra**. Natal: Editora Universitária/UFRN, 1995.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **A Moreninha**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000008.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

MORIN, Tania Machado. **Virtuosas e perigosas: as mulheres na Revolução Francesa**. São Paulo: Alameda, 2013.

MOTTA, Ivania Pocinho. **A importância de ser Mary**. São Paulo: Annablume, 2009.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **Nísia Floresta, o carapuceiro e outros ensaios de tradição cultural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução Sérgio Millet. 2.ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

RUDÉ, George. **A multidão na História**: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SCOTT, Joan. História das mulheres. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Edunesp, 1992.

SOIHET, Rachel. “História das Mulheres”. *In*: CARDOSO, Ciro Flamarion VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOUZA, Itamar de. A mulher e a Revolução Francesa: participação e frustração. **Revista da FARN**, Natal, p. 111-124, jan./jul. 2003.

TAYLOR, Barbara. **Mary Wollstonecraft and the feminist imagination**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

THOMPSON, E. P. **Os românticos**: a Inglaterra na era revolucionária. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016.